

EAL -DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DE ALAGOAS

Estudo Técnico Preliminar 36/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: E:12070.0000002513/2025

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo avaliar a viabilidade da contratação de curso de capacitação sobre elaboração de planilhas de custos.

Em virtude da entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), torna-se necessária a capacitação dos servidores públicos para a adequação às novas regras de contratação pública. No que se refere às contratações de serviços contínuos, como terceirização e segurança, a Administração Pública deve elaborar planilhas de custo específicas para cada cargo, descrevendo a composição da remuneração (salário-base e adicionais); encargos e benefícios — anuais, mensais e proporcionais (décimo terceiro, férias e adicionais); encargos previdenciários e tributos (INSS, GPS, FGTS, SAT); contribuições sociais (SESC, SEBRAE, INCRA); transporte, alimentação; provisão para rescisão; custos diretos e indiretos; e insumos diversos.

As planilhas de custos devem ser elaboradas conforme as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 05/2017, e atualizadas pelo Decreto nº 12.174/2024 e pela Instrução Normativa nº 176/2024. Entretanto, não há registro de contratações anteriores para a elaboração de planilhas de custos por servidores nesta Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE/AL).

Diante do exposto, destaca-se a necessidade de atualização do corpo técnico para a elaboração de planilhas de custos — as quais servem de parâmetro para contratações de serviços terceirizados e que, quando mal formuladas, podem provocar prejuízos econômicos e financeiros às organizações — torna-se necessária a contratação de curso específico nessa área.

Nesse sentido, nos períodos de 11 a 14 e de 17 a 19 de novembro de 2025, a Zênite Informação e Consultoria S.A., CNPJ nº 86.781.069/0001-15, empresa de referência nacional na área de formação para a Administração Pública, com atuação no ramo de licitações há mais de 36 anos, promoverá a capacitação online intitulada: "Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 — passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176 /2024)". Dessa forma, torna-se indispensável a contratação do presente curso, de tema específico, para a adequada capacitação dos servidores que atuam diretamente na área, garantindo a correta elaboração das planilhas de custos, em conformidade com a legislação vigente.

Por fim, a contratação de cursos de treinamento e aperfeiçoamento configura medida recomendável da Administração Pública, na medida em que promove o aprimoramento dos servidores por meio de instituições e profissionais de reconhecida qualificação, favorecendo a atualização e especialização do quadro administrativo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Administrativa e Financeira	Paulo Ricardo Silva Lima

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Contratação por inexigibilidade

Para a contratação da capacitação online intitulada "Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 - passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176/2024)", reconhece-se a inexigibilidade de licitação em razão dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

Assim, a contratação poderá ser efetuada por Inexigibilidade de Licitação, com amparo no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133, de 2021, que assim dispõe:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Assim, diante da natureza predominantemente intelectual, é viável a adoção de inexigibilidade de licitação.

4.2. Requisitos da contratação

A empresa contratada deve apresentar como diferenciais soluções que ofereçam conteúdo atualizado e alinhado à realidade da Administração Pública, com uma abordagem teórico-prática.

A contratada deve contar com equipe multidisciplinar de docentes, composta por instrutores com qualificação técnica reconhecida e comprovada experiência prática em contratações públicas, elaboração de planilhas de custos e formação de preços, de modo a garantir a aplicabilidade dos conteúdos.

A Capacitação deverá ser executada na modalidade online, coordenada e ministrada por profissionais especialistas na área, com uso de plataforma digital que permita interação entre instrutores e participantes, com acesso a materiais e fóruns de dúvidas

A Contratada deverá cumprir integralmente a carga horária estipulada no programa e fornecer Certificado de Conclusão aos participantes.

A Contratada fornecerá todo o material didático necessário para o acompanhamento do curso, incluindo apostilas, apresentações e materiais complementares de leitura, em formato digital, devendo disponibilizar também acesso posterior aos conteúdos gravados durante período razoável após a realização do curso.

As datas e horários específicos para início e realização das aulas seguirão a dinâmica estabelecida pela Contratada.

A Instituição contratada deve deter inquestionável reputação ético-profissional, comprovada por meio de histórico de atuação, portfólio de cursos semelhantes realizados e referências de órgãos públicos atendidos.

A Contratada deverá garantir sigilo e proteção dos dados pessoais dos participantes, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

A Contratada deve se comprometer a cumprir o estabelecido e fornecer sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos necessários.

5. Levantamento de Mercado

A Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE/AL), não tem registro de contratações anteriores para a elaboração de planilhas de custos, elas devem ser elaboradas conforme as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 05/2017, e atualizadas pelo Decreto nº 12.174/2024 e pela Instrução Normativa nº 176/2024.

Diante desse contexto, foram avaliadas três opções de mercado para atender à necessidade de capacitação dos servidores na elaboração e análise de planilhas de custos, conforme apresentado na Tabela 01 a seguir.

Tabela 01. Alternativas de mercado a contratação de capacitação específica.

Solução	Vantagens	Desvantagens
Curso realizado pela própria Defensoria.	- Possibilidade de personalização do conteúdo e controle sobre a execução.	- Estruturar treinamento, equipe técnica e recursos didáticos especializados para ministrar o curso, demandando instrutores com experiência prática no tema.
Cursos disponíveis em outras escolas no mercado.	- Ampla oferta de cursos e instituições.	- Cursos disponíveis geralmente genéricos; - Pouco foco em normas aplicáveis à Administração Pública.
Contratação da capacitação “Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 — passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176/2024)”.	- Curso específico, com conteúdo programático atualizado; - Abordagem teórico-prática voltada à aplicação direta nas rotinas de elaboração e análise de planilhas de custos; - Ministrado por especialista em contratações públicas.	- Dependência de cronograma e condições da empresa ofertante.

A análise das alternativas evidencia que a **realização do curso pela própria Defensoria**, embora permitisse maior autonomia e adequação do conteúdo às suas rotinas internas, a instituição não dispõe de estrutura técnica voltada à oferta desse tipo de capacitação.

A opção de inscrição em **cursos ofertados por outras escolas no mercado** apresenta-se como alternativa de fácil acesso, contudo, há limitações quanto ao contexto da Administração Pública. Esses cursos, em geral, possuem caráter genérico e não abordam de forma aprofundada as especificidades legais e procedimentais das contratações públicas.

Já a contratação da **capacitação online “Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 — passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176/2024)”** apresenta-se com a alternativa mais adequada para atender à demanda desta Defensoria. O curso possui conteúdo direcionado, atualizado conforme a legislação vigente e conduzido por especialistas na área. Além disso, o formato online favorece a participação dos servidores, reduzindo custos e ampliando o alcance da capacitação.

Diante do exposto, conclui-se que a capacitação online “Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 — passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176/2024)” apresenta a melhor relação entre custo, efetividade e aderência ao objetivo da contratação, configurando-se como a opção mais vantajosa para o atendimento da necessidade identificada.

6. Descrição da solução como um todo

Diante da Descrição da Necessidade e do Levantamento de Mercado apresentados neste Estudo Técnico, a solução de contratar a capacitação online "Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 — passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176/2024)" se apresenta como a opção mais adequada para atender às necessidades desta instituição.

A solução deve envolver a descrição do quadro abaixo:

Descrição	CATSER
Capacitação online Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 — passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176/2024).	21172

A solução proposta consiste na contratação de capacitação online intitulada “Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 — passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176/2024)”,

ofertada pela Zênite Informação e Consultoria S.A., CNPJ nº 86.781.069/0001-15, empresa de referência nacional na área de formação para a Administração Pública, com atuação no ramo de licitações e contratos administrativos há mais de 36 anos.

O curso tem como objetivo qualificar os servidores públicos na elaboração e análise de planilhas de custos e formação de preços, em conformidade com as normas aplicáveis às contratações públicas, especialmente a Instrução Normativa nº 05/2017, atualizada pelo Decreto nº 12.174/2024 e pela Instrução Normativa nº 176/2024.

A capacitação será realizada na modalidade online, com carga horária total de 27 horas, nos períodos de 11 a 14 e de 17 a 19 de novembro de 2025. As aulas contam com replay disponível por até sete dias após a transmissão ao vivo, possibilitando flexibilidade de acesso aos participantes.

O conteúdo programático deve apresentar abordagem teórico-prática e interdisciplinar, abrangendo as fases de planejamento e julgamento da licitação.

Entre os principais tópicos tratados, deve-se destacar estrutura e lógica da planilha de custos conforme os módulos da IN nº 05 /2017; elaboração do memorial de cálculo por posto de serviço; e diferenças entre os regimes tributários (Lucro Real, Presumido e Simples Nacional);

O curso é ministrado por equipe de instrutores qualificada, a contratada fornecerá apostila digital, material complementar e certificado.

O prazo de vigência da contratação é de até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, contado da sua divulgação no portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), na forma do art. 105 da lei nº 14.133, de 2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Serão contratados 02 (dois) acessos individuais à sala virtual da capacitação, correspondentes ao quantitativo estimado de participantes desta Defensoria Pública. Cada acesso permitirá a participação integral no curso, com direito ao material didático digital, interação nas aulas ao vivo, acesso ao conteúdo gravado (replay) e emissão de certificado de conclusão, conforme quantitativo estimado na tabela abaixo:

Descrição	Un. de medida	Quant
Capacitação online Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 — passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176/2024).	Unidade	02

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.860,00

Para esta contratação estima-se um valor total de R\$ 7.860,00 (sete mil oitocentos e sessenta reais), conforme apresentado na tabela abaixo:

Descrição	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Capacitação online Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 — passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176/2024).	02	R\$ 3.930,00	R\$ 7.860,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, o princípio do parcelamento será aplicado, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Para essa contratação o parcelamento não se mostra aplicável, pois se trata de contratação de 1 (um) curso específico, a ser realizado em somente uma etapa, garantindo a conclusão do serviço de forma rápida, haja vista que a Instituição a ser contratada dispõe dos meios necessários para suprir a necessidade de contratação.

Tal contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização inviabiliza a competição e a divisão do objeto, fundamentando a contratação por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, a tentativa de parcelar o objeto comprometeria a qualidade, a continuidade e a estabilidade dos serviços, gerando riscos de interrupções. Dessa forma, o objeto mostra-se **indivisível**, e a contratação centralizada assegura a conformidade legal para a adequada prestação dos serviços.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As contratações correlatas são aquelas que podem estar conectadas, mas não apresentam uma dependência direta entre si. Em contraste, contratações interdependentes, embora distintas, são dependentes umas das outras.

No contexto desta capacitação, não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes, uma vez que se trata de um serviço único e bem definido, embasado na legislação vigente e nas características da demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação da capacitação online "Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 - passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176/2024)" está prevista e alinhada ao Plano Anual de Contratações da Defensoria Pública do Estado de Alagoas para o exercício de 2025, quando prevê treinamentos para seus colaboradores, em conformidade com as necessidades institucionais.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação da capacitação online "Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 — passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176/2024)" é fundamental para assegurar que a Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE/AL) mantenha sua equipe técnica atualizada e apta a aplicar corretamente as normas que regem a elaboração e o julgamento das planilhas de custos em contratações públicas.

As planilhas de custos constituem elemento essencial no planejamento e na execução contratual, devendo ser elaboradas em conformidade com as diretrizes da Instrução Normativa nº 05/2017, atualizadas pelo Decreto nº 12.174/2024 e pela Instrução Normativa nº 176/2024. O domínio desse instrumento técnico é indispensável para garantir a adequada formação de preços, a economicidade das contratações e a mitigação de riscos administrativos, trabalhistas e orçamentários.

A capacitação contribuirá diretamente para o aperfeiçoamento das competências dos servidores envolvidos, tornando mais seguros e eficientes os processos de trabalho relacionados à contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

O curso também proporcionará a atualização do corpo técnico frente às recentes mudanças normativas, especialmente as decorrentes da Lei nº 14.133/2021, que introduziu novos conceitos e responsabilidades no âmbito das contratações públicas. Dessa forma, os servidores participantes estarão habilitados a elaborar e julgar planilhas de preços de forma técnica.

Por fim, a contratação de cursos de treinamento e aperfeiçoamento configura medida recomendável da Administração Pública, na medida em que promove o aprimoramento dos servidores por meio de instituições e profissionais de reconhecida qualificação, favorecendo a atualização e especialização do quadro administrativo e contribuindo para a melhoria da prestação do serviço público, em observância ao princípio constitucional da eficiência.

13. Providências a serem Adotadas

Para a contratação da capacitação online “Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 — passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176/2024)”, não se identificam providências adicionais a serem adotadas, uma vez que o curso apresenta formato completo. A instituição ofertante é responsável por disponibilizar a plataforma virtual, o material didático, o suporte técnico e o certificado de conclusão.

No entanto, para assegurar a qualidade e conformidade do serviço, recomenda-se nomear servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato. Esses funcionários serão encarregados de acompanhar e verificar a execução do serviço, garantindo que todas as etapas sejam cumpridas conforme as especificações técnicas estabelecidas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação da capacitação online “Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 — passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176/2024)” apresenta baixo potencial de impacto ambiental negativo, uma vez que será executada integralmente na modalidade à distância (online), sem necessidade de deslocamento dos participantes, impressão de materiais físicos ou utilização de instalações presenciais. Essa característica contribui para a redução do consumo de recursos naturais, como papel e combustível.

A contratação deve estar em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938 /1981) e observar o disposto na Instrução Normativa nº 01/2010, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A solução de contratar a capacitação online "Como elaborar e julgar a planilha de preços de acordo com a IN nº 05/2017 — passo a passo, com memorial de cálculo (de acordo com o Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 176/2024)", por meio de inexigibilidade de licitação, se mostra importante para atender as necessidades desta Defensoria Pública. Assim, ao término deste estudo, concluiu-se que a contratação é viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIELLE DE OLIVEIRA DOS SANTOS CARMO

Assessora Técnica



Assinou eletronicamente em 09/10/2025 às 11:48:28.